



Exma. Senhora  
Dra. Marina Gonçalves  
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário  
de Estado dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de São Bento  
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA  
800

SUA COMUNICAÇÃO DE  
02-03-2018

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

**ASSUNTO: Pergunta n.º 1273/XIII/3.ª, de 2 de março de 2018**  
**Poluição no rio Nabão**

*Cara Marina Gonçalves,*

Em resposta à Pergunta Parlamentar n.º 1273/XIII/3.ª, de 2 de março de 2018, formulada pela Senhora Deputada Patrícia Fonseca, e pelo Senhor Deputado Álvaro Castelo Branco, do Grupo Parlamentar do Partido Popular (CDS-PP), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente de transmitir o seguinte:

**1- Tem V. Exa. conhecimento dos episódios de poluição das águas do rio Nabão registados nos últimos meses e, nomeadamente, do de dia 1 de março p.p.?**

O Ministério do Ambiente tem conhecimento dos episódios reportados, estando a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. / Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA/ARH Tejo e Oeste) a acompanhar a situação no rio Nabão.

A adequada gestão dos recursos hídricos pressupõe a gestão da qualidade das massas de água em geral, tendo em conta as suas características, bem como de todas as pressões, qualitativas e quantitativas, a que estão sujeitas. É no âmbito da avaliação conjunta de todos estes elementos que são determinadas as medidas de gestão que melhor asseguram não só o cumprimento de rigorosos objetivos de qualidade, mas também o uso adequado deste recurso.

**2- Já foram identificados e responsabilizados os agentes poluidores? Com que consequências?**

Embora a APA e o SEPNA tenham realizado diversas fiscalizações, ainda não foi possível identificar os responsáveis pelos episódios de poluição no rio Nabão, pelo que continuam a diligenciar no sentido de detetar o foco ou focos de poluição.

Por se tratar de descargas esporádicas no meio hídrico, ocorrendo em períodos de tempo muito curtos, é difícil a identificação da respetiva origem.



3- Que medidas (eficazes e definitivas) estão a ser tomadas de modo a garantir que situações como esta não voltam a acontecer?

Os municípios de Tomar e Ourem têm estado a verificar as suas redes de saneamento e respetivas ligações, de modo a verificar situações que possam estar na origem de eventuais descargas para as linhas de água.

4- Pondera V. Exa. reforçar as competências fiscalizadoras da IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território) e da Agência Portuguesa do Ambiente, de modo a que possam ser tomadas medidas coercivas mais eficazes e dissuasoras deste tipo de ações?

O Ministério vai reforçar os meios da APA, designadamente da ARH Tejo e Oeste, em termos de meios humanos e materiais, para melhorar a eficácia da fiscalização.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa

BL / JP